

Estudos de Validação do Emotion Regulation Questionnaire (ERQ) com Pais Portugueses

Validation Studies of the Emotion Regulation Questionnaire (ERQ) with Portuguese Parents

Susana Mourão¹ e Mónica Taveira Pires²

Resumo

Conhecer as diferentes estratégias de regulação emocional adotadas pelos pais torna-se muito relevante, pois a sua maior adequação associa-se a práticas parentais mais responsivas e melhor ajustamento psicossocial dos filhos, incluindo uma gestão mais adaptativa das suas próprias emoções. Este estudo propõe-se verificar evidências da validade do Emotion Regulation Questionnaire (ERQ; Gross & John, 2003) numa amostra heterogénea de 380 pais portugueses, casados/unidos de facto e separados/divorciados. As análises fatoriais confirmatórias realizadas comprovam um bom ajustamento dos dados à estrutura bidimensional proposta, na amostra total e subgrupos de pais. Também se verificaram valores de consistência interna adequados em ambos os fatores. O ERQ discrimina os pais portugueses em função de variáveis sociodemográficas e da sua coparentalidade. Como esperado, uma melhor regulação emocional prediz uma parentalidade mais positiva e vice-versa. Acumulam-se evidências da validade do ERQ para avaliação de diferentes estratégias de regulação emocional na população portuguesa.

Palavras-chave: regulação emocional, validação psicométrica, parentalidade, pais portugueses, casamento/divórcio

Abstract

Knowing the different emotional regulation strategies adopted by parents becomes particularly relevant, as their greater adequacy is associated with more responsive parental practices and better children's psychosocial adjustment, including a more adaptive management of their own emotions. This study intends to verify the validity of the Emotion Regulation Questionnaire (ERQ; Gross & John, 2003) in a heterogeneous sample of 380 Portuguese parents, married/in a marital union and separated or divorced. The conducted confirmatory factor analysis proved a good data fit to the proposed bidimensional structure, in the overall sample and parents' subgroups. Were also verified adequate indicators of internal consistency in both factors. The ERQ discriminate the portuguese parents according to their sociodemographic variables and coparenting. As expected, better emotional regulation predicts a more positive parenting and vice-versa. This paper accumulate evidence of the ERQ's validity to assess different emotional regulation strategies in the Portuguese population.

Keywords: emotional regulation, psychometric validation, parenting, Portuguese parents, marriage/divorce

¹Susana Mourão. Doutorada em Psicologia. Investigadora. Centro de Investigação em Psicologia (CIP), da Universidade Autónoma de Lisboa / Universidade do Algarve E-mail: smourao@autonoma.pt (Autora de correspondência)

²Mónica Taveira Pires. Doutorada em Psicologia da Saúde. Professora Associada e Investigadora. Centro de Investigação em Psicologia (CIP), da Universidade Autónoma de Lisboa / Universidade do Algarve E-mail: mpires@autonoma.pt

Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica. RIDEP · Nº76 · Vol.2 · 49-63 · 2025

ISSN: 1135-3848 print / 2183-6051 online

This work is licensed under CC BY-NC 4.0. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Introdução

A regulação emocional dos indivíduos tem sido reconhecida como um importante fator relacionado ao bem-estar, saúde mental e ajustamento psicossocial (Berking & Wupperman, 2012; English et al., 2012). Neste contexto, uma das abordagens teóricas que tem recebido maior suporte empírico é o Modelo Processual de Regulação Emocional proposto por Gross (1998, 2001, 2014). Segundo este, os processos pelos quais os indivíduos modificam e/ou influenciam a forma como as suas emoções são expressas e vivenciadas, sejam automáticos, controlados, conscientes ou inconscientes, são sempre precedidos pela ativação de um determinado objetivo, seja este modular, inibir ou aumentar a vivência emocional. Para além disso, as estratégias de regulação emocional podem ser diferentemente classificadas, tendo como base as que se constituem como antecedentes à ativação emocional em si (seleção da situação, modificação da situação, desdobramento da atenção e mudança cognitiva) ou as que envolvem a modulação da resposta após ativação emocional, e que ocorrem em termos experienciais, comportamentais ou fisiológicos (Gross, 1998, 2014, 2015). As estratégias de controlo ou reativas interferem e medeiam as relações interpessoais e ajustamento psicossocial, com particular importância nas dinâmicas familiares.

Numa perspetiva contextual e do desenvolvimento, o estudo da autorregulação emocional tem ganho relevância para uma compreensão do exercício da parentalidade e para o desenvolvimento e ajustamento psicossocial da criança (Calkins & Hill, 2014; Zhang et al., 2023). O Emotion Regulation Questionnaire (ERQ; Gross & John, 2003) propõe-se avaliar diferenças individuais no recurso a duas estratégias de regulação emocional que representam diferentes níveis e focos do modelo teórico apresentado, e que são para além disso amplamente utilizadas no quotidiano dos indivíduos e facilmente manipuladas em contexto de laboratório. Neste caso, a reavaliação cognitiva (antecedente ao impacto emocional) e a supressão emocional (focada na resposta). Pelo que a validação deste instrumento em diferentes contextos culturais, e com populações específicas, como o presente

estudo, adquira particular relevância. Assim, pretendemos contribuir com evidências adicionais de validade do ERQ na população portuguesa. Outro dos objetivos é aferir sobre o seu ajustamento estrutural e propriedades psicométricas numa amostra particular e heterogénea de pais.

Regulação emocional e parentalidade

As competências de regulação emocional dos pais são um foco importante da investigação e prática clínica no âmbito do desenvolvimento infantil, pois podem, de forma dinâmica, influenciar as suas competências parentais e, por conseguinte, o ajustamento socio emocional dos próprios filhos (Barros et al., 2015). De facto, as evidências têm demonstrado que a maior capacidade dos pais para regularem o seu afeto e responderem de forma adequada às suas reações emocionais predispõe a uma parentalidade mais responsiva e menos hostil, tradicionalmente associada a um melhor ajustamento psicossocial dos filhos (e.g., menor presença de sintomas internalizados e externalizados; Shaffer & Obradovic', 2017; Zimmer-Gembeck, et al., 2022). As capacidades de regulação emocional dos pais são, também, uma importante fonte de modelagem para fornecer à criança uma referência positiva na gestão das suas próprias emoções (Bariola, et al., 2011).

Este conhecimento sobre a forma como os pais identificam e respondem de forma adaptativa a estímulos emocionais influenciados por fatores extrínsecos ou intrínsecos, e transbordam essa adequação para uma melhor relação com os filhos e bem-estar dos mesmos é fundamental. Nomeadamente em famílias com diferentes configurações ou em circunstâncias mais desafiantes, de stress ou de vulnerabilidade, tais como as decorrentes de alterações familiares por via da separação ou divórcio, um dos eventos de vida considerados mais impactantes no funcionamento individual e familiar.

Sabe-se também que a presença constante de emoções negativas, e desregulação emocional individual e na relação entre pais, implica maior *stress* familiar, a adoção de práticas parentais rígidas, coercivas, menos responsivas, i.e., maior autoritarismo na educação dos filhos (Camisasca, et al., 2019). Estas dificuldades de regulação

emocional por parte dos pais, nomeadamente quando existem situações de psicopatologia associada, têm efeitos negativos importantes no ajustamento psicossocial das crianças e na sua própria regulação emocional, com maior impacto comparativamente com situações de melhor gestão e regulação emocional parental (Zimmer-Gembeck, et al., 2022; Zitzmann et al., 2023).

Esta evidência assume particular relevância em contextos de elevado conflito interparental (Picazo, et al., 2021), como são habitualmente muitas das situações de separação ou divórcio. O efeito *spillover* entre coparentalidade conflituosa e a parentalidade negativa, pouco responsiva (e.g., autoritária) foi anteriormente associado à desregulação emocional (Camisasca, et al., 2022).

De facto, e apesar da separação/divórcio dos pais não se constituir por si só como um fator de risco para o bem-estar e saúde mental dos filhos, as crianças que vivenciam este tipo de situação são mais propensas a desenvolverem problemas de ajustamento psicossocial quando comparadas com outras, nomeadamente de famílias intactas (Amato, 2010; Sun, 2001). Nestes casos, os pais, para além de lidarem com todas as demandas relacionadas com a parentalidade em si, têm ainda que gerir a adaptação a uma nova condição familiar, navegando frequentemente em contextos de conflito marcado e/ou remanescente (Cummings & Davies, 2002; Cunha & Ribeiro, 2019). A coparentalidade é, assim, apontada como um constructo central para o ajustamento dos pais às diferenças fases de desenvolvimento da criança e, segundo Feinberg (2003) às alterações familiares decorrentes da separação ou divórcio. Estas elevadas exigências e stressores de diferentes níveis acabam por contribuir para um desgaste emocional considerável, que pode comprometer a capacidade dos pais para agirem de forma responsiva e calorosa para com os filhos (Amato, 2010; Sears, et al., 2016; Stroud, et al., 2015). Assim, consideramos essencial incluir estas famílias nos estudos acerca do funcionamento familiar e regulação emocional.

A investigação e intervenção clínica com pais separados/divorciados deve considerar avaliar os seus recursos emocionais, e a forma como estes podem afetar e interagir com os vários sistemas familiares, nomeadamente interparental e filial. O ERQ constitui-se como um contributo

parcimonioso chave para alcançar essa premissa. Acresce à relevância teórica, a prática, em contexto de intervenção clínica com crianças, adolescentes e suas famílias, no qual a utilização de um instrumento psicométrico como o ERQ, validado para grupos populacionais específicos, se torna essencial.

O Emotion Regulation Questionnaire (ERQ)

O ERQ é um instrumento de autorrelato desenvolvido e originalmente validado por Gross e John (2003) para avaliar diferenças individuais no recurso a duas estratégias de regulação emocional distintas: i) reavaliação cognitiva, com efeito adaptativo e onde pela resignificância se diminuem potenciais emoções negativas (e.g., Quando quero sentir menos emoções negativas [como tristeza ou raiva] mudo o que estou a pensar); ii) supressão emocional, com efeito tendencialmente desadaptativo e onde existe um esforço contínuo de inibição da expressão de emoções (e.g., Eu controlo as minhas emoções não as expressando). Desde então, e face ao reconhecimento da sua pertinência prática e clínica, as características psicométricas desta medida têm sido analisadas com populações de diversos países (e.g., Itália, Alemanha, Austrália), em geral com bons indicadores de ajustamento à estrutura bidimensional proposta para a população original americana (Tabela 1). Para além disso, tem também sido confirmada a invariância estrutural do ERQ tendo em conta diferentes características individuais (e.g., sexo) e os diferentes contextos culturais onde os respondentes se inserem (e.g., país, pertença étnica; Melka et al., 2011).

No entanto, a maioria dos estudos de validade do ERQ recorrem a amostras de estudantes universitários (e.g., Balzaroti et al., 2021; Gutiérrez & Patiño, 2021; Moreta-Herrera et al., 2022), sendo mais difícil replicar a estrutura original quando a medida é validada com amostras de população geral e/ou comunitária. Nestes casos, um ajustamento adequado do ERQ bifatorial pressupõe quase sempre uma estrutura modificada da medida, com a eliminação de pelo menos um dos seus itens do modelo testado (e.g., Spaapen, et al., 2014; Westerlund & Santilla, 2018; Wiltink, et al., 2011). Justifica-se, assim, a necessidade de

Tabela 1. Resultados de estudos anteriores de validação do ERQ

Contexto e referência	Amostra	Principais resultados
Adaptação cultural (análises fatoriais e de propriedades psicométricas)		
ERQ original, Gross e John (2003)	estudantes universitários americanos (N=1483)	Estrutura bifatorial
Versão Italiana, Balzarotti, et al. (2010)	estudantes universitários de Milão (N=416)	Estrutura bifatorial modificada (item 8 discrimina em ambos os fatores)
Versão Alemã, Wiltink et al. (2011)	Amostra comunitária representativa (N=2524)	Confirmada estrutura bifatorial
Versão Espanhola, Cabello, et al. (2013)	(N=866)	Estrutura bifatorial modificada (sem item 5)
Versão Finlandesa, Westerlund e Santilla (2018)	Amostra comunitária (N=409)	Confirmada estrutura bifatorial
Versão Australiana, Preece, et al. (2020)	Amostras comunitárias (n=300, 400, 348)	Estrutura bifatorial modificada (sem itens 1 e 7)
Versão Colombiana, Gutiérrez e Patiño (2021)	estudantes universitários de Bogotá (N=798)	Confirmada estrutura bifatorial
Versão Equatoriana, Moreta-Herrera, et al. (2022)	estudantes universitários (N=400)	Estrutura bifatorial modificada (sem itens 1 e 7)
Validação para populações clínicas e/ou especiais		
Desportistas, Uphill, et al. (2012)	Estudantes universitários britânicos - Praticantes de desporto (n=433, 176) e estudantes de desporto (n=88)	Confirmada estrutura bifatorial, mas não estabilidade temporal das respostas
Pais suecos, Enebrink, et al. (2013)	Crianças, 10-13 anos de idade (N=1433)	Confirmada estrutura bifatorial
Doentes oncológicos, Brandão, et al. (2017)	Mulheres portuguesas com cancro (N=204)	Confirmada estrutura bifatorial, mas discriminação moderada para itens 4 e 5
Idosos, Brady et al. (2019)	Participantes, 60-89 anos de idade (N=252)	Confirmada estrutura bifatorial
Estudos de invariância estrutural (análises multigrupos)		
23 países, Matsumoto, et al. (2008)	3386 universitários, incluindo portugueses (n=120)	Invariância estrutural, exceto Hong Kong (unifatorial)
EUA, Melka, et al. (2011)	1188 universitários, incluindo afro-americanos e europeus	Invariância entre géneros e grupos culturais
Alemanha-Itália, Sala, et al. (2012)	Estudantes universitários (n=174, 127)	Invariância estrutural nos 2 países
Austrália-Reino Unido, Spaapen, et al. (2014)	Amostras comunitárias (n=550, n=483)	Estrutura bifatorial modificada (sem item 3)
Itália, Balzarotti, et al. (2021)	Amostra comunitária (n=415) e universitária (n=371)	Estrutura bifatorial modificada (sem itens 1 e 3)

mais estudos de validação do ERQ, nomeadamente com amostras não universitárias.

São, ainda, menos frequentes as validações do ERQ com populações clínicas e/ou de especial interesse no que se refere a maior risco de desajuste psicoemocional, tais como são os pais separados/divorciados e/ou em contexto elevado conflito interparental, e que constituem precisamente um dos subgrupos da nossa amostra. Do nosso conhecimento, e no que se refere à validação do ERQ com amostras de pais, existe apenas um estudo sueco com esse objetivo. No entanto, a maioria dos seus participantes encontram-se casados/unidos de facto (apenas 2.2% reportaram estar separados/divorciados) e os filhos têm um intervalo de idades muito limitado, entre os 10 e os 13 anos (Enebrink, et al., 2013).

Ainda assim, o ERQ foi devidamente adaptado para utilização com crianças e adolescentes, inicialmente na Austrália (Gullone & Taffe, 2012), e depois também em Espanha e em Portugal (Gómez-Ortiz, et al., 2016; Teixeira, et al., 2015). Deste modo, a validação da medida com amostras de pais nestes países em particular adquire especial relevância, sobretudo para utilização em estudos diádicos acerca da regulação emocional pais-filhos e/ou cujo foco seja nos processos de transbordamento (*spillover*) em termos de ajuste psicoemocional familiar. A validação do ERQ com pais também poderá ser útil para posterior aplicação em

intervenções ecológicas-sistémicas que pretendam, por um lado, favorecer a saúde mental individual e ao mesmo tempo promover um melhor clima emocional familiar.

Em Portugal, para além da versão oncológica do ERQ (Brandão, et al., 2017), este foi traduzido e preliminarmente validado com uma amostra de população geral não publicada, a maioria estudantes universitários (Vaz & Martins, 2009). Assim, este estudo pretende verificar evidências adicionais de validade do ERQ numa amostra específica, mas heterogénea, de pais portugueses, de forma a melhorar a investigação e contribuir para prática clínica relativa ao funcionamento dos diversos contextos familiares contemporâneos. Tal como justificado anteriormente, para além de um subgrupo de pais casados/unidos de facto, inclui um outro, de pais separados/divorciados, atendendo ao maior risco potencial de desregulação emocional por parte destes pais em particular. Deste último grupo constam, ainda, famílias com diferentes regimes de responsabilidades parentais em termos de fixação de residência dos filhos (residência alternada *versus* exclusiva; Steinbach & Augustijn, 2021). Considerando as responsabilidades parentais partilhadas quanto às questões de particular importância para a vida da criança (e.g., mudança de escola, intervenções cirúrgicas, opções religiosas, entre outras) e o regime regra, com crescente valorização da alternância de

residência da criança por tempo idealmente equivalente entre pais no contexto português (Pires & Gamboa, 2022; Pires & Martins, 2021).

Método

Procedimento

Inicialmente, os dados foram recolhidos em escolas básicas da região de Lisboa. O questionário em formato de papel foi entregue aos pais e devolvido em envelope fechado, para garantir a confidencialidade das respostas. Posteriormente, face às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, procedeu-se à recolha de dados *online*. O *link* de acesso ao questionário foi divulgado através de email e pelas redes sociais, num processo de amostragem não aleatória em bola-de-neve, assegurando-se assim o acesso a uma amostra de pais mais alargada e heterogénea. Em ambos os casos, os questionários foram preenchidos individualmente, sem interferência da equipa de investigação.

Todos os participantes preencheram o mesmo protocolo de recolha de dados, em formato de papel ou digital, respetivamente, e após leitura de documento de consentimento informado. Este continha informação detalhada sobre os principais objetivos de pesquisa, participação voluntária e direitos de confidencialidade, anonimato e tratamento dos dados. O estudo foi previamente aprovado pela Comissão de Ética da Universidade e pelas direções das escolas envolvidas.

Medidas

Para além da versão traduzida do ERQ (Vaz & Martins, 2009), o protocolo aplicado continha as seguintes medidas, adaptadas e devidamente validadas para a população portuguesa: i) Parental Authority Questionnaire for Parents (PAQ-P; Pires, et al., 2011); e ii) Coparenting Questionnaire (CQ; Pedro & Ribeiro, 2015). Estas permitiram aferir sobre a validade discriminante do ERQ aplicado, neste caso, a uma amostra heterogénea de pais portugueses. Continha, ainda, questões de contextualização sociodemográfica, quer dos próprios pais, quer sobre os seus filhos (e.g., sexo, idade, habilitações académicas/ano de escolaridade frequentado), tendo algumas delas sido utilizadas como variáveis-critério da validade adicional do

ERQ. No caso de terem mais do que um filho, era dada orientação aos pais para que todas as suas respostas incidissem sobre o mais velho.

Mais especificamente, o PAQ-P é um instrumento que foi adaptado da versão original do Parental Authority Questionnaire (Buri, 1991), possibilitando neste caso avaliar a perceção dos próprios pais, e não dos filhos, sobre os diferentes estilos parentais adotados. É composto por um total de 30 itens, em que cada 10 deles representam, respetivamente, um dos três estilos parentais propostos por Baumrind (1971), nomeadamente: i) permissivo (e.g., Não me sinto responsável por orientar e dirigir o comportamento dos meus filhos); ii) autoritativo (e.g., Oriento os meus filhos através do diálogo e da disciplina); e iii) autoritário (e.g., Digo sempre aos meus filhos o que devem fazer e como fazer). Os itens foram respondidos numa escala de Likert de 5 pontos, em que 1=discordo totalmente e 5=concordo totalmente.

O CQ, avalia a perceção de cada pai acerca do outro progenitor no desempenho das suas funções parentais (Margolin et al., 2001). É composto por um total de 14 itens, subdivididos em três dimensões principais: i) cooperação, que expressa o respeito e suporte entre ambos os pais (e.g., O meu cônjuge ou ex-cônjuge põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do nosso filho.); ii) triangulação, cujos itens manifestam uma aliança unilateral com a criança, e onde um dos pais prejudica a imagem e/ou autoridade do outro (e.g., O meu cônjuge ou ex-cônjuge usa o nosso filho contra mim.); e iii) conflito interparental no que respeita aos cuidados da criança (e.g., O meu cônjuge ou ex-cônjuge e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho.). Os itens são respondidos através de uma escala de Likert de 5 pontos (de 1=nunca a 4=sempre). O item 13 (i.e., O meu cônjuge ou ex-cônjuge concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.), por se encontrar na dimensão original de conflito, foi devidamente invertido.

Apresentamos na Tabela 2 os indicadores de consistência interna das várias medidas utilizadas, quer para a amostra total, quer para os subgrupos de pais casados/unidos de facto e separados/divorciados, respetivamente. Os valores apresentados demonstraram-se globalmente adequados (Hayes & Coutts, 2020; Litwin, 1995; Marôco, 2014).

Tabela 2. Indicadores de consistência interna da medida para a amostra total e subgrupos de pais portugueses

Medidas e dimensões	Amostra total (N=380)		Casados/unidos de facto (n=205)		Separados/divorciados (n=175)	
	α	ω	α	ω	α	ω
ERQ						
Reavaliação cognitiva	.76	.76	.69	.68	.81	.82
Supressão emocional	.72	.72	.66	.67	.77	.77
PAQ-P						
Permissivo	.73	.73	.71	.70	.74	.73
Autoritativo	.86	.86	.81	.81	.89	.89
Autoritário	.84	.84	.85	.84	.84	.84
CQ						
Cooperação	.93	.93	.91	.92	.92	.93
Triangulação	.88	.89	.86	.89	.87	.88
Conflito	.81	.81	.75	.76	.84	.83

Estratégia de validação e análise dos dados

Inicialmente, e com utilização do programa SPSS 29.0, foram calculadas as estatísticas descritivas de cada um dos itens do ERQ para os subgrupos de pais casados/unidos de facto e separados/divorciados, respetivamente, permitindo aferir sobre a sensibilidade dos itens/da medida (Marôco, 2014).

Para validação do constructo bidimensional em análise, foram realizadas análise fatoriais confirmatórias de modelos estruturais, com estimativa de máxima verossimilhança (ML) e recurso ao programa AMOS 28.0. O ajuste dos dados à estrutura bifatorial proposta teve em consideração os seguintes índices de ajustamento do modelo testado: teste de qui quadrado ($\chi^2/df < 5$); adequação GFI > .9; parcimónia comparativa PCFI > .8; discrepância RMSEA ≤ 0.06 ; raiz quadrada média dos resíduos padronizada (SRMR < 0.08; Byrne, 2010; Hu & Bentler, 1999; Kline, 2011; Schreiber, et al., 2006). Os resultados desta análise foram suportados pelos indicadores de confiabilidade apresentados na Tabela 2, nomeadamente o Alpha de Cronbach e o Ómega de MacDonald (Hayes & Coutts, 2020). Consideraram-se os valores próximos ou superiores a .7 como indicadores de uma consistência interna adequada do respetivo fator (Litwin, 1995; Marôco, 2014).

Foram, ainda, aferidas evidências de validade adicional do ERQ na amostra de pais portugueses. Assim, os *scores* médios de cada factor foram calculados e correlacionados com variáveis-critério específicas, tais como o sexo, estado civil e idade dos participantes, e ainda com indicadores de coparentalidade positiva *versus* negativa. Esta análise permitiu confirmar a capacidade discriminante do ERQ. A validade preditiva da

medida, em termos da adequação dos estilos parentais adotados, foi testada através de modelos de regressão linear hierárquica, controlando-se assim os efeitos da coparentalidade e/ou de outras variáveis de contexto relevantes. Tendo como base o conhecimento anterior, detalhado na Introdução, espera-se que estratégias de regulação emocional mais adaptativas, tal como a reavaliação cognitiva, venham a prever uma parentalidade mais positiva/autoritativa, assim como a supressão emocional determine uma parentalidade menos adaptada, nomeadamente maior autoritarismo e/ou permissividade (van Dijk, et al. 2020; Zimmer-Gembeck, et al., 2022).

Resultados

Participantes

Após eliminação de 2 outliers iniciais, o estudo incluiu uma amostra de 380 pais portugueses (59.7% mães), com idades compreendidas entre os 24 e os 59 anos ($M=40.6$; $DP=6.7$). A maioria possui habilitações académicas ao nível do ensino secundário (43.2%) ou do ensino superior (42.1%), estando mais de metade casados ou em união de facto (53.9%) e os restantes separados ou divorciados, com diferentes regimes de responsabilidades parentais/fixação da residência dos filhos (60.8% em residência exclusiva de um dos pais e os restantes em residência alternada entre ambos os pais). Os pais casados/unidos de facto encontram-se juntos, em média, há 11.6 anos ($DP=6.2$) e os restantes encontram-se separados/divorciados, em média, há 5.1 anos ($DP=3.4$).

Os filhos têm idades compreendidas entre os 2 e os 18 anos ($M=8.6$; $DP=3.1$), existindo uma distribuição equitativa entre raparigas (51.6%) e

Tabela 3. Descritivas do ERQ aplicado a uma amostra comunitária de pais portugueses (N=380)

Itens ^a	Casados/Unidos de facto (n=205)						Separados/Divorciados (n=175)					
	M	DP	Min	Max	Sk	Ku	M	DP	Min	Max	Sk	Ku
1	5.09	1.78	1	7	-0.81	-0.21	5.15	1.76	1	7	-1.00	0.26
2	3.70	1.87	1	7	0.15	-1.18	4.10	1.93	1	7	-0.15	-1.18
3	5.09	1.65	1	7	-0.78	-0.05	5.35	1.58	1	7	-1.09	0.67
4	2.55	1.64	1	7	0.75	-0.63	2.85	1.94	1	7	0.60	-1.05
5	5.30	1.48	1	7	-0.88	0.56	5.02	1.73	1	7	-0.81	-0.05
6	3.55	1.82	1	7	0.24	-0.92	3.65	1.88	1	7	-0.03	-1.08
7	4.91	1.60	1	7	-0.78	0.25	5.22	1.56	1	7	-0.95	0.48
8	4.72	1.41	1	7	-0.53	0.32	5.05	1.50	1	7	-0.75	0.26
9	4.17	1.73	1	7	-0.08	-0.82	4.14	1.81	1	7	-0.18	-0.96
10	5.03	1.44	1	7	-0.64	0.21	5.04	1.67	1	7	-0.72	-0.18

Nota. ^arespondidos numa escala de Likert de 7 pontos (1-Discordo totalmente; 7-Concordo totalmente).

rapazes (48.4%). A maioria a frequentar o 1º ciclo de ensino básico, nomeadamente o 3º (21.6%) e o 4º (25.3%) anos de escolaridade, coincidente com a maior preponderância no grupo etário dos 9 anos de idade (23.7% da amostra total). Muitas destas crianças são filhos/as únicos/as (35.5%) ou têm apenas um/a irmão/ã (42.1%).

Observamos uma maior representatividade de homens no subgrupo de pais casados/unidos de facto (46.3%), por comparação com o subgrupo de pais separados/divorciados [33.1%; $\chi^2_{(1)}=4.467$, $p=.035$], tendo os primeiros, em média, filhos mais novos que os segundos [$t_{(320)}=-2.320$, $p=.021$]. Uma maior percentagem de pais separados/divorciados possuem habilitações ao nível do ensino superior [56.9% versus 43.1%; $\chi^2_{(2)}=16.956$, $p<.001$].

Descritivas dos itens e sensibilidade da medida

Apresentam-se na Tabela 3 as estatísticas descritivas de cada um dos itens do ERQ, para os subgrupos de pais casados/unidos de facto e separados/divorciados. Em ambos os grupos, verificou-se que as respostas dos participantes abrangeram todos os valores possíveis da escala. Tanto os pais casados/unidos de facto, como os separados/divorciados, apresentaram valores médios mais baixos para o item 4, relativo à dimensão original de supressão emocional (i.e., Quando estou a sentir emoções positivas, tenho cuidado para não as expressar). Valores médios mais elevados foram encontrados em itens constantes da dimensão original de reavaliação cognitiva, nomeadamente no item 5 no caso do grupo de pais casados/unidos de facto (i.e., Quando estou perante uma situação stressante, forço-me a pensar sobre essa mesma situação, de uma forma

que me ajude a ficar calmo) e no item 3 no que respeita aos pais separados/divorciados (i.e., Quando quero sentir menos emoções negativas [como tristeza ou raiva] mudo o que estou a pensar).

Tal como se pode constatar, nenhum dos itens apresentou valores de assimetria ou de curtose coincidentes com uma violação extrema da normalidade, o que no conjunto com os dados apresentados anteriormente é indicativo de uma adequada sensibilidade da medida (Marôco, 2014).

Estrutura fatorial e consistência interna

A Figura 1 apresenta os principais resultados da análise fatorial confirmatória realizada para a amostra total de pais portugueses.

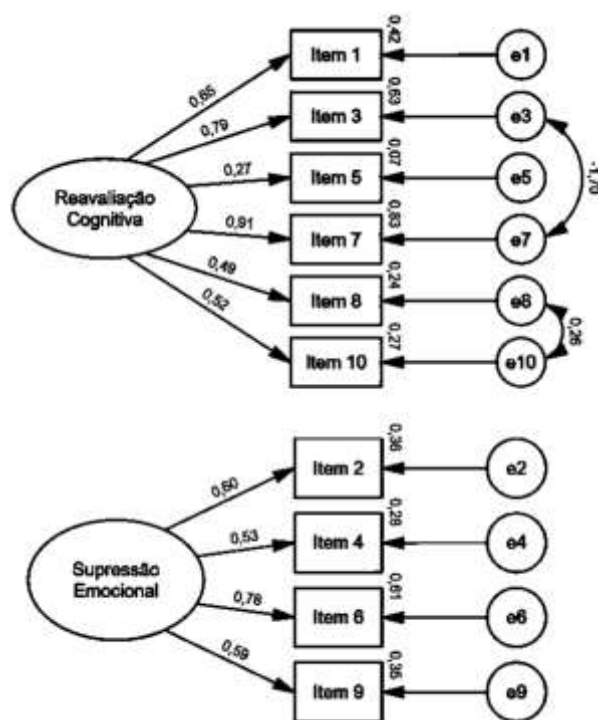


Figura 1. Bidimensionalidade do ERQ numa amostra comunitária de pais portugueses (N=380)

Nota. Pesos fatoriais estandardizados, com valor significativo no fator correspondente ($p<.001$).

Tabela 4. Validade do ERQ numa amostra comunitária de pais portugueses ($N=380$)

Dimensões do ERQ	Correlações com variáveis-critério					
	Sociodemográficas			Indicadores de coparentalidade		
	Estado civil a	Sexo a	Idade	Cooperação	Triangulação	Conflito
Reavaliação cognitiva	-.05	.12*	-.14**	.06	.09	.10
Supressão emocional	-.07	-.15**	-.09	-.01	.18**	.21**

Nota. a Codificadas como variáveis dummy, tendo como categorias de referência sexo feminino e grupo de pais casados/unidos de facto. * $p<.05$, ** $p<.01$, *** $p<.001$

De acordo com os índices de referência utilizados, comprova-se um bom ajustamento dos dados à estrutura bidimensional originalmente proposta para o ERQ [$\chi^2_{(33)}=110.91$, $p<.001$; $\chi^2/df=3.36$; CFI=0.92; PCFI=0.67; GFI=0.94; RMSEA=0.08; SRMR=0.08].

O ajustamento adequado do ERQ bifatorial foi também confirmado para o subgrupo de pais casados/unidos de facto [$\chi^2_{(33)}=68.70$, $p<.001$; $\chi^2/df=2.08$; CFI=0.91; PCFI=0.67; GFI=0.94; RMSEA=0.07; SRMR=0.07]. No caso dos pais separados/divorciados obtiveram-se valores de ajustamento não tão adequados, mas ainda assim sofríveis a aceitáveis para muitos dos índices de qualidade utilizados como referência [$\chi^2_{(33)}=97.06$, $p<.001$; $\chi^2/df=2.94$; CFI=0.90; PCFI=0.66; GFI=0.90; RMSEA=0.11; SRMR=0.11].

À exceção do item 5, todos os outros apresentaram pesos fatoriais aproximadamente iguais ou superiores ao valor de .5. Foram testados modelos alternativos, eliminado este item da estrutura fatorial ou incluindo-o no fator de supressão emocional ao invés do de reavaliação cognitiva. No entanto, o ajustamento nestes casos veio a revelar-se semelhante ou pior do que o da solução conservadora apresentada. Para além disso, os indicadores de consistência interna de cada um dos fatores revelaram-se adequados e, assim, congruentes com a decisão de manutenção do item 5. Os valores de Alpha de Cronbach e de Ómega de MacDonald apresentados na Tabela 1 não subiriam substancialmente com a eliminação do item em causa da solução fatorial final.

Validade de critério e preditiva

Na Tabela 4 são apresentadas correlações entre as diferentes estratégias de regulação emocional dos pais, avaliadas pelo ERQ, e algumas variáveis-critério, que permitem aferir sobre a validade adicional da medida. De acordo com os dados apresentados, o ERQ discrimina os pais portugueses da amostra em função do sexo, idade e

práticas de coparentalidade negativas reportadas por estes. Mais especificamente, e de acordo com os dados apresentados, as mulheres e os pais mais velhos tenderão a recorrer mais a uma estratégia de reavaliação cognitiva, o que se comprova também pelo teste de comparação de médias realizado em função do sexo dos participantes [$t_{(378)}=-2.250$, $p=.025$]. A supressão emocional encontra-se associada a uma maior triangulação e/ou conflito interparental.

A Tabela 5 apresenta os modelos de regressão linear hierárquica que permitem aferir sobre a validade preditiva do ERQ em termos de ajustamento da parentalidade e no caso da amostra portuguesa em estudo.

Os resultados apresentados confirmam a capacidade preditiva do ERQ, pois pontuações mais elevadas na subescala de reavaliação cognitiva, juntamente com menor supressão emocional, determinam, tal como esperado, uma parentalidade mais positiva. Efeito que se mantém mesmo quando controlados os efeitos também significativos de uma maior cooperação interparental e do sexo dos participantes. Confirma-se, ainda, que pontuações mais elevadas na subescala de supressão emocional predizem os estilos parentais autoritário e permissivo. Mais uma vez, estes efeitos mantêm-se mesmo quando controlados os de outras variáveis relevantes, tais como a coparentalidade desajustada e, neste caso, também o estado civil dos participantes (ser separado/divorciado poderá estar associado a uma maior permissividade).

Medidas-padrão por estado civil, sexo e forma de recolha dos dados

Da Tabela 6 consta a distribuição das subescalas do ERQ em função de variáveis como o sexo e o estado civil dos participantes, assim como a forma de aplicação do questionário. Os dados apresentados indicam que o subgrupo de pais

Tabela 5. Potencialidades preditivas do ERQ com uma amostra comunitária de pais portugueses (N=380)

Variáveis Predictoras	Estilo Autoritativo		Estilo Autoritário		Estilo Permissivo	
	ΔR^2	β	ΔR^2	β	ΔR^2	β
Modelo 1	0.11		0.08		0.04	
Reavaliação Cognitiva		0.32***		-0.03		-0.03
Supressão Emocional		-0.14**		0.28***		0.21***
Modelo 2	0.03		0.04		0.06	
Reavaliação Cognitiva		0.30***		-0.05		-0.04
Supressão Emocional		0.15**		0.27***		0.18***
Cooperação		0.22***		0.25***		-0.06
Triangulação		0.03		0.16*		-0.02
Conflito		0.08		-0.03		0.21**
Step 3	0.02		0.00		0.01	
Reavaliação Cognitiva		0.28***		-0.05		-0.05
Supressão Emocional		-0.13*		0.27***		0.18***
Cooperação		0.24***		0.24***		-0.02
Triangulação		0.04		0.17*		0.19*
Conflito		0.07		-0.03		-0.01
Sexo ^a		0.15**		-0.01		0.01
Idade		0.01		-0.02		0.05
Estado civil ^a		0.03		-0.03		-0.12*
F Total	8.521***		6.360***		5.903***	
R2 Total	0.16		0.12		0.11	

Nota. ^a Codificadas como variáveis dummy (categorias de referência sexo feminino e casados/unidos de facto). * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Tabela 6. Valores médios e quartis das subescalas do ERQ por estado civil e sexo dos participantes, e por forma de recolha dos dados

Dimensões do ERQ	Amostra Total														
	Mulheres (n=227)					Homens (n=153)					Total (N=380)				
	M	DP	25	50	75	M	DP	25	50	75	M	DP	25	50	75
Reavaliação Cognitiva	31.1	6.5	27.0	32.0	36.0	29.56	6.3	26.0	30.0	35.0	30.5	6.5	26.0	31.0	35.0
Supressão Emocional	13.7	5.6	10.0	13.0	17.0	15.31	5.0	12.0	16.0	19.0	14.3	5.4	10.0	15.0	18.0
	Mulheres (n=110)					Casados/Unidos de Facto Homens (n=95)					Total (n=205)				
Reavaliação Cognitiva	30.3	6.2	26.0	31.0	36.0	30.0	5.5	26.0	30.0	34.0	30.1	5.9	26.0	31.0	35.0
Supressão Emocional	13.2	5.0	10.0	12.5	16.0	14.9	4.9	11.0	15.0	18.0	14.0	5.0	10.0	14.0	17.0
	Mulheres (n=117)					Separados/Divorciados Homens (n=58)					Total (n=175)				
Reavaliação Cognitiva	31.8	6.7	28.0	33.0	36.5	28.9	7.4	25.0	30.5	35.0	30.8	7.1	26.0	32.0	36.0
Supressão Emocional	14.2	6.0	10.0	15.0	19.0	15.9	5.1	12.8	17.0	19.0	14.7	5.8	10.0	15.0	19.0
	Amostra em Papel (n=271)														
	M		DP		25		50		75						
Reavaliação Cognitiva	30.4		6.0		26.0		31.0		35.0						
Supressão Emocional	14.7		5.4		11.0		15.0		19.0						
	Amostra Online (n=109)														
Reavaliação Cognitiva	30.7		7.5		26.0		31.0		36.0						
Supressão Emocional	13.5		5.3		9.0		14.0		17.0						

separados ou divorciados e, sobretudo, os homens tendem a apresentar pontuações mais elevadas na subescala de supressão emocional, do que o subgrupo de pais casados/unidos de facto.

Para além disso, é também nesse grupo que a pontuação média obtida pela soma dos itens correspondentes ultrapassa o valor intermédio de 14 pontos, indicando assim um nível médio a

elevado de supressão emocional em situações de separação ou divórcio.

Discussão

Este estudo teve como principal objetivo contribuir com evidências adicionais de validade do ERQ na população portuguesa, nomeadamente

com uma amostra específica de pais. Quer para maior avanço científico, quer em termos de relevância prática e clínica, torna-se essencial atestar sobre a robustez psicométrica de instrumentos como o ERQ com este grupo de respondentes em particular. Isto porque a medida permite aceder a duas estratégias de regulação emocional distintas e amplamente utilizadas, com potenciais efeitos diferentes em termos de maior ou menor adequação parental e consequente ajuste psicossocial das crianças/adolescentes (Bariola, et al., 2011; Zimmer-Gembeck, et al., 2022). No entanto, em Portugal, os estudos anteriores de validade do ERQ haviam sido realizados apenas com uma amostra de população geral não publicada, constituída maioritariamente por universitários (Vaz & Martins, 2009), e com um grupo específico de mulheres com cancro da mama (Brandão, et al., 2017), não existindo, do que é nosso conhecimento, nenhum enfoque na questão da parentalidade em particular.

Assim, e de forma inovadora, os nossos dados comprovam que o ERQ é uma medida adequada para avaliar diferentes estratégias de regulação emocional adotadas pelos pais portugueses, atestando a sua estrutura bifatorial original nesta população, com indicadores gerais adequados de sensibilidade, validade e consistência interna. Para além disso, os nossos resultados suportam a independência dos dois fatores latentes, tal como propostos por Gross e John (2003), e contrariamente ao que se verificou em outros estudos de validação da medida internacionais (e.g., Gómez-Ortiz, et al., 2016; Uphill, 2012) e nacionais (e.g., Brandão, et al., 2017), embora focados sobretudo em populações muito particulares (adolescentes, atletas, pessoas diagnosticadas com doença oncológica). Comprova-se, então, de forma empírica, o referencial teórico que está na base da construção e validação do ERQ original, e que argumenta que a reavaliação cognitiva e a supressão emocional ocorrem, habitualmente, em diferentes momentos do contínuo de ativação emocional (Gross, 1998, 2014, 2015).

Esta diferença conceptual entre as duas dimensões não correlacionadas que compõem o ERQ é de certa forma comprovada, também, pelas diferentes tipologias de variáveis que discriminam as respostas dos participantes face às subescalas de

reavaliação cognitiva e de supressão emocional, respetivamente. Independentemente do estado civil, a reavaliação cognitiva, que antecede a vivência emocional em si e que representa uma regulação emocional adaptativa, relaciona-se essencialmente com variáveis de contexto sociodemográfico, tais como o sexo e a idade dos pais. Assim, à semelhança de estudos anteriores com população geral ou comunitária, as mulheres tendem a recorrer mais frequentemente a estratégias de reavaliação cognitiva do que os homens (Balzarotti, 2021; Spapeen, et al., 2012; Westerlund, et al., 2018), tal como os pais mais velhos. A supressão emocional, por seu lado, que ocorre normalmente após a ativação emocional e com efeitos desadaptativos, encontra-se mais subjacente ao contexto específico da parentalidade, neste caso, negativa e/ou marcada por relações interparentais de maior conflito.

Resultados semelhantes aos apresentados haviam já sido encontrados numa validação anterior da medida com pais suecos (Enebrink, et al., 2013), onde também se comprovou a validade do ERQ, com respetiva independência dos dois fatores que o compõem. No entanto, o nosso trabalho estende em grande medida esse conhecimento. Por um lado, atesta a robustez psicométrica da medida com um grupo de pais muito mais heterogéneo que o anterior, no que respeita o nível de educação dos pais, e o intervalo de idades das crianças. Por outro lado, a sua validade é comprovada também em subgrupos de pais em diferentes condições de estado civil, neste caso, casados/unidos de facto e em situação de separação/divórcio. Embora com indicadores de robustez mais modestos no segundo caso, e a carecerem de alguma validação empírica adicional, os dados apresentados constituem-se como um ponto de partida importante para melhorar a intervenção e avaliação psicossocial destas famílias, que se sabe poderem ser particularmente vulneráveis à exposição a múltiplos agentes de *stress*, conflito e desregulação emocional (Cummings & Davies, 2002; Cunha & Ribeiro, 2019). Para além disso, atendem globalmente à diversidade de estruturas familiares contemporâneas e às potenciais implicações dessas diferenças em termos de saúde mental e bem-estar (Jensen & Sanner, 2021).

Apesar do ajustamento geral adequado do ERQ aos nossos dados, o item 5 tem pouca capacidade de discriminação em relação ao fator correspondente de reavaliação cognitiva, quer na amostra total, quer nos subgrupos mais específicos de pais. Esta limitação é semelhante à de outros estudos europeus de validação do ERQ (e.g., Espanha e Itália), onde o item em causa apresentou também os valores mais baixos de peso fatorial entre os restantes (Balzarotti, et al., 2010; Cabello, et al., 2012). Neste caso, e tendo em conta que nestes países são faladas línguas românicas, derivadas do latim, as diferenças culturais encontradas em relação ao instrumento original americano podem estar relacionadas com discrepâncias na tradução e/ou interpretação de alguns dos termos utilizados (Beaton, et al., 2000). No entanto, e para além disso, o item 5 é o mais longo de todos os outros, constituído por três orações subordinadas, ao invés de duas como os restantes (i.e., Quando estou perante uma situação stressante, forço-me a pensar sobre essa mesma situação, de uma forma que me ajude a ficar calmo.). Esse facto, por si só, pode também influenciar a forma como os participantes o assimilam e formulam as respostas subsequentes, uma vez que na versão finlandesa do ERQ este item acabou mesmo por ser eliminado (Westerlund & Santilla, 2018). Assim, estudos futuros sobre as características psicométricas do ERQ, e nomeadamente com as populações europeias indicadas, devem incluir no seu plano de validação uma aplicação piloto da medida com metodologias qualitativas do tipo “pensar alto”/ *think aloud*, para melhor aferição da interpretação feita pelos respondentes aquando a leitura do item 5 em particular (Wolcott & Lobczowski, 2021).

Uma outra limitação a realçar é o facto do ERQ se constituir como uma medida de auto-relato e, por isso, mais sujeita ao risco de viés de desejabilidade social do que outros métodos de avaliação mais abrangentes das dinâmicas familiares (e.g., observação), que devem, sempre que possível, complementar o contexto da investigação e especialmente da intervenção terapêutica (Bray, 1995). Ainda assim, realçamos o contributo que o ERQ e este artigo em particular podem ter para melhorar a avaliação de diferentes estratégias de regulação emocional adotadas pela população portuguesa, particularmente por pais em

contextos familiares distintos. Esse contributo estende-se à intervenção clínica com grupos que no âmbito nacional possam ser particularmente vulneráveis a situações de elevado stress e/ou conflito, como são habitualmente os pais separados/divorciados, e cuja desregulação emocional inerente acaba por ter implicações importantes no seu bem-estar e nas relações familiares próximas, nomeadamente com os seus filhos.

Financiamento

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto CIP/UAL - Ref^a UIDB/04345/2020,

Referências

- Amato. P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*. 72(3). 650–666.
<https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Balzarotti. S., John. O. P., & Gross. J. J. (2010). An Italian adaptation of the Emotion Regulation Questionnaire. *European Journal of Psychological Assessment*. 26(1). 61–67.
<https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000009>
- Balzarotti. S. (2021). The emotion regulation questionnaire: Factor structure and measurement invariance in an Italian sample of community dwelling adults. *Current Psychology*, 40, 4918–4929.
<https://doi.org/10.1007/s12144-019-00426-3>
- Bariola. E., Gullone. E., & Hughes. E. K. (2011). Child and adolescent emotion regulation: The role of parental emotion regulation and expression. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 14, 198–212.
<https://doi.org/10.1007/s10567-011-0092-5>
- Barros. L., Goes. A. R., & Pereira. A. I. (2015). Parental self-regulation, emotional regulation and temperament: Implications for intervention. *Estudos De Psicologia*. 32(2), 295–306.
<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000200013>

- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4(1, Pt.2), 1–103.
<https://doi.org/10.1037/h0030372>
- Berking, M., & Wupperman, P. (2012). Emotion regulation and mental health: Recent findings, current challenges and future directions. *Current Opinion in Psychiatry*, 25(2), 128–134.
<https://doi.org/10.1097/YCO.0b013e3283503669>
- Brady, B., Kneebone, I. I., & Bailey, P. E. (2019). Validation of the Emotion Regulation Questionnaire in older community-dwelling adults. *The British Journal of Clinical Psychology*, 58(1), 110–122.
<https://doi.org/10.1111/bjc.12203>
- Brandão, T., Schulz, M. S., Gross, J. J., & Matos, P. M. (2017). The Emotion Regulation Questionnaire in women with cancer: A psychometric evaluation and an item response theory analysis. *Psycho-oncology*, 26(10), 1647–1653. <https://doi.org/10.1002/pon.4356>
- Bray, J. H. (1995). Family Assessment: Current issues in evaluating families. *Family Relations*, 44(4), 469–477.
<http://www.jstor.org/stable/585001>
- Buri, J.R. (1991). Parental Authority Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 110–119.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16370893/>
- Byrne, B. M. (2010). Structural equation modelling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming (2nd ed.). Routledge
- Cabello, R., Salguero, J. M., Fernández-Berrocal, P., & Gross, J. J. (2013). A Spanish adaptation of the Emotion Regulation Questionnaire. *European Journal of Psychological Assessment*, 29(4), 234–240.
<https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000150>
- Calkins, S. D., & Hill, A. (2014). Caregiver influences on emerging emotion regulation: Biological and environmental transactions in early development. In J.J. Gross, (Ed.). *Handbook of emotional regulation* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Camisasca, E., Miragoli, S., & Di Blasio, P. (2019). Children's triangulation during inter-parental conflict: Which role for maternal and paternal parenting stress? *Journal of Child and Family Studies*, 28, 1623–1634.
<https://doi.org/10.1007/s10826-019-01380-1>
- Camisasca, E., Miragoli, S., Di Blasio, P., & Feinberg, M. (2022). Pathways among negative co-parenting, parenting stress, authoritarian parenting style, and child adjustment: The emotional dysregulation driven model. *Journal of Child and Family Studies*, 31, 3085–3096.
<https://doi.org/10.1007/s10826-022-02408-9>
- Cummings, E. M., & Davies, P. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(1), 31–63.
<https://doi.org/10.1111/1469-7610.00003>
- Cunha, L. & Ribeiro, M. T. (2019). Adjustment to parental separation: A qualitative and exploratory study of the perspectives of young adults with separated parents and family court magistrates. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica. RIDEP*, 52(3), 67-85.
<https://doi.org/10.21865/RIDEP52.3.06>
- Enebrink, P., Björnsdotter, A., & Ghaderi, A. (2013). The Emotion Regulation Questionnaire: Psychometric properties and norms for Swedish parents of children aged 10–13 years. *Europe's Journal of Psychology*, 9(2), 289–303.
<https://doi.org/10.5964/ejop.v9i2.535>
- English, T., John, O. P., Srivastava, S., & Gross, J. J. (2012). Emotion regulation and peer-rated social functioning: A four-year longitudinal study. *Journal of Research in Personality*, 46(6), 780–784.
<https://doi.org/10.1016/j.jrp.2012.09.006>
- Feinberg M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting, science and practice*, 3(2), 95–131.
https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Gómez-Ortiz, O., Romera, E. M., Ortega-Ruiz, R., Cabello, R., & Fernández-Berrocal, P. (2016). Analysis of emotion regulation in Spanish adolescents: Validation of the Emotion Regulation Questionnaire. *Frontiers in Psychology*, 6, Article 1959, 1-11.

- <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01959>
- Gross, J. J. (1998). Antecedent- and response-focused emotion regulation: Divergent consequences for experience, expression, and physiology. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*(1), 224–237.
<https://doi.org/10.1037//0022-3514.74.1.224>
- Gross, J. J. (2001). Emotion regulation in adulthood: Timing is everything. *Current Directions in Psychological Science, 10*(6), 214–219.
<https://doi.org/10.1111/1467-8721.00152>
- Gross, J. J. (Ed.) (2014). *Handbook of emotional regulation* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Gross, J. J., & John, O. P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology, 85*(2), 348–62.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>
- Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: Current status and future prospects. *Psychological Inquiry, 26*(1), 1–26.
<https://doi.org/10.1080/1047840X.2014.940781>
- Gullone, E., & Taffe, J. (2012). The Emotion Regulation Questionnaire for children and adolescents (ERQ-CA): A psychometric evaluation. *Psychological Assessment, 24*(2), 409–417. <https://doi.org/10.1037/a0025777>
- Gutiérrez, L. S. A & Patiño, L. E. P. (2021). Propiedades Psicométricas del Cuestionario de Regulación Emocional (ERQ-CA) en Estudiantes Universitarios Colombianos. *Revista de Psicología Clínica con Niños y Adolescentes, 8*(3), 59-66.
<https://doi.org/10.21134/rpcna.2021.08.3.7>
- Hayes, A. F., & Coutts, J. J. (2020). Use Omega Rather than Cronbach's Alpha for Estimating Reliability. *But... Communication Methods and Measures, 14*(1), 1-24.
<https://doi.org/10.1080/19312458.2020.1718629>
- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling, 6*(1), 1-55.
<http://dx.doi.org/10.1080/10705519909540118>
- Jensen, T. M., & Sanner, C. (2021). A scoping review of research on well-being across diverse family structures: Rethinking approaches for understanding contemporary families. *Journal of Family Theory & Review, 13*(4), 463-495.
<https://doi.org/10.1111/jftr.12437>
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modelling* (3rd ed.). Guilford Press.
- Litwin, M. S. (1995). *How to measure survey reliability and validity*. Sage Publications.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3–21.
<https://doi.org/10.1037//0893-3200.15.1.3>
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos. Software e aplicações [Structural equation analysis: Theoretical foundations. Software and applications]* (2nd ed.). Report Number.
- Matsumoto, D., Yoo, S. H., Nakagawa, S... & 37 members of the Multinational Study of Cultural Display Rules (2008). Culture, emotion regulation and adjustment. *Journal of Personality and Social Psychology, 94*(6), 925–937.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.94.6.925>
- Melka, S. E., Lancaster, S. L., Bryant, A. R., & Rodriguez, B. F. (2011). Confirmatory factor and measurement invariance analyses of the emotion regulation questionnaire. *Journal of Clinical Psychology, 67*(12), 1283–1293.
<https://doi.org/10.1002/jclp.20836>
- Moreta-Herrera, R., Perdomo-Pérez, M., Vaca-Quintana, D., Sánchez-Vélez, H., Camacho-Bonilla, P., Vásquez de la Bandera, F., Dominguez-Lara, S., & Caycho-Rodríguez, T. (2022). New Psychometric Evidence of a Bifactor Structure of the Emotional Regulation Questionnaire (ERQ) in Ecuadorian College Students. *Psychology in Russia, 15*(1), 120-134.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36699814/>
- Mourão, S., & Pires, M. T. (2023). Emotion Regulation Questionnaire (ERQ): Evidências de validade da medida numa amostra de pais Portugueses. M. J. Afonso, R. Novo & S. N. Jesus. Livro de atas do XI Congresso Iberoamericano de Avaliação Psicológica (pp.

- 120-124). CinTurs – Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (https://aidap2023.ualg.pt/wp-content/uploads/2023/06/Livro-de-Atas_XI-Congresso-AIDAP.pdf)
- Pedro. M. F. & Ribeiro. M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade [Portuguese adaptation of the coparenting questionnaire: Confirmatory factor analysis. validity and reliability]. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Picazo. M. F., Redondo. S. C., & Martínez-Pampliega. A. (2021). Interparental conflict and bullying: Assessment of the mediating role of mentalization and emotion regulation. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica RIDEP*, 61(4), 131-146. <https://doi.org/10.21865/RIDEP61.4.09>
- Pires. M., Jesus. S. N., & Hipólito. H. (2011). Questionário de Estilos Parentais para Pais (PAQ-P) – Estudos de validação [Parenting Styles Questionnaire-Parents Report (PAQ-P) – Validation studies]. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe. D. R., Silva. L. S. Almeida, R. Lima. S. & Fraga. Book proceedings from VIII Congresso Iberoamericano de avaliação – XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos (pp. 760-770). *Sociedade Portuguesa de Psicologia*. <http://hdl.handle.net/11144/2671>
- Pires. M. & Gamboa. L. (2022). *Parentalidade partilhada* [Shared parenting]. Pactor-Lidel.
- Pires, M., & Martins, M. (2021). Parenting Styles, coparenting, and early child adjustment in separated families with child physical custody processes ongoing in Family Court. *Children*, 8(8), 629. <https://doi.org/10.3390/children8080629>
- Preece. D. A., Becerra. R., Robinson. K., & Gross. J. J. (2020). The Emotion Regulation Questionnaire: Psychometric properties in general community samples. *Journal of Personality Assessment*. 102(3). 348–356. <https://doi.org/10.1080/00223891.2018.1564319>
- Sala. M. N., Molina. P., Ablor. B., Kessler. H., Vanbrabant. L., & van de Schoot. R. (2012). Measurement invariance of the Emotion Regulation Questionnaire (ERQ). A cross-national validity study. *European Journal of Developmental Psychology*, 9(6), 751-757. <https://doi.org/10.1080/17405629.2012.690604>
- Sears. M. S., Repetti. R. L., Reynolds. B. M., Robles. T. F., & Krull. J. L. (2016). *Spillover in the home: The effects of family conflict on parents' behavior*. *Journal of Marriage and Family*, 78, 127–141. <https://doi.org/10.1111/jomf.12265>
- Shaffer. A. & Obradovic'. J. (2017). Unique contributions of emotion regulation and executive functions in predicting the quality of parent–child interaction behaviors. *Journal of Family Psychology*, 31(2), 150–159. <https://doi.org/10.1037/fam0000269>
- Schreiber. J. B., Nora. A., Stage. F. K., Barlow. E. A. & King. J. (2006). Reporting structural equation modelling and confirmatory factor analysis results: A review. *The Journal of Educational Research*, 99(6), 323–338. <https://doi.org/10.3200/JOER.99.6.323-338>
- Spaapen. D. L., Waters. F., Brummer. L., Stopa. L. & Bucks. R. S. (2014). The Emotion Regulation Questionnaire: Validation of the ERQ-9 in two community samples. *Psychological Assessment*, 26(1), 46–54. <https://doi.org/10.1037/a0034474>
- Steinbach. A. & Augustijn. L. (2021). Post-separation parenting time schedules in joint physical custody arrangements. *Journal of Marriage and Family*, 83, 595–607. <https://doi.org/10.1111/jomf.12746>
- Stroud. S. B., Meyers. K. M., Wilson. S. & Durbin. S. E. (2015). Marital quality *spillover* and young children's adjustment: Evidence for dyadic and triadic parenting as mechanisms. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 44(5), 800–813. <https://doi.org/10.1080/15374416.2014.900720>
- Sun. Y. (2001). Family environment and adolescents' well-being before and after parents' marital disruption: A longitudinal analysis. *Journal of Marriage and Family*, 63, 697–713. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.00697.x>

- Teixeira. A., Silva. E., Tavares. D. & Freire. T. (2015). Portuguese validation of the Emotion Regulation Questionnaire for Children and Adolescents (ERQ-CA): Relations with self-esteem and life satisfaction. *Child Indicators Research*, 8, 605–621.
<https://doi.org/10.1007/s12187-014-9266-2>
- Uphill. M. A., Lane. A. M., & Jones. M. V. (2012). Emotion Regulation Questionnaire for use with athletes. *Psychology of Sport and Exercise*, 13(6), 761–770.
<https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2012.05.011>
- van Dijk. R., van der Valk. I. E., Deković. M. & Branje. S. (2020). A meta-analysis on interparental conflict, Parenting, and child adjustment in divorced families: Examining mediation using meta-analytic structural equation models. *Clinical Psychology Review*, 79. 101861.
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2020.101861>
- Vaz. F., & Martins. C. (2009). Diferenciação e regulação emocional na idade adulta: Tradução e validação de dois instrumentos de avaliação para a população portuguesa [Differentiation and emotion regulation in adulthood: Translation and validation from two assessment instruments for Portuguese population] (unpublished master thesis). Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.
- Westerlund. M. & Santtila. P. (2018). A Finnish adaptation of the emotion regulation questionnaire (ERQ) and the difficulties in emotion regulation scale (DERS-16). *Nordic Psychology*, 70(4). 304–323.
<https://doi.org/10.1080/19012276.2018.1443279>
- Wiltink. J., et al. (2011). Regulation of emotions in the community: Suppression and reappraisal strategies and its psychometric properties. *Psychosocial Medicine*, 8, 1-12.
<https://doi.org/10.3205/psm000078>
- Wolcott, M. D., & Lobczowski, N. G. (2021). Using cognitive interviews and think-aloud protocols to understand thought processes. *Currents in Pharmacy Teaching & Learning*, 13(2), 181–188.
<https://doi.org/10.1016/j.cptl.2020.09.005>
- Zhang, X., Beatty, A., Abela, K., Melo, M. F., Kenny, M., Atkinson, L., & Gonzalez, A. (2023). Assessing parental emotion regulation in the context of parenting: A systematic review. *Developmental Review*, 69.
<https://doi.org/10.1016/j.dr.2023.101092>
- Zimmer-Gembeck. M. J., Rudolph. J., Kerin. J. & Bohadana-Brown. G. (2022). Parent emotional regulation: A meta-analytic review of its association with parenting and child adjustment. *International Journal of Behavioral Development*, 46(1), 63-82.
<https://doi.org/10.1177/016502542110511051>
- Zitzmann, J., Rombold-George, L., Rosenbach, C., & Renneberg, B. (2023). Emotion regulation, parenting, and psychopathology: A systematic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*.
<https://doi.org/10.1007/s10567-023-00452-5>